

POLÍTICA

O anteprojeto de reserva de mercado encaminhado à Constituinte pode estar excluindo do nosso mercado empresas como a IBM, a Ford e outras multinacionais. Quem pensa assim é o advogado Georges Fischer, prevendo "resultados catastróficos".

É o fim das multinacionais no Brasil?

Ao estabelecer a reserva de mercado como princípio constitucional e definir que ela será exercida em favor de empresas que tenham capital e tecnologia sob controle permanente de brasileiros, além de sede no País, o anteprojeto da subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação pode estar excluindo do mercado brasileiro empresas como a IBM, a Ford e inúmeras outras multinacionais que não se enquadram nessa exigência.

A dúvida é do advogado Georges Fischer, especialista em direito de informática e de novas tecnologias. Uma dúvida que não tem qualquer resposta nesse documento que ele define como "imediatista, casuística, xenofoba", e espécie de chave que trancará as portas do Brasil, com "resultados catastróficos", à economia internacional.

Fischer vai mais longe ainda. Além de não levar em conta o conceito de perenidade que deve

acompanhar uma Constituição, e entrar em detalhes que a condenarão a uma rápida obsolescência, se aprovado, esse anteprojeto, na avaliação do advogado, reflete as necessidades imediatas da indústria de informática. Segundo o advogado, ela quer validar a lei que protege o setor, já que sobre ela pesa a acusação de inconstitucional.

Essas pressões deixaram rastro no documento", afirma Fischer. O mais evidente está no segundo parágrafo do artigo 3º do anteprojeto, onde se define o que é empresa nacional que necessita de controle tecnológico em "caráter permanente, exclusivo e incondicional" por brasileiros. Sua redação é a mesma do item II, do artigo 12º, da Lei de Informática, e que trata do mesmo tema. "Compare os textos", sugere o advogado.

volver, gerar, adquirir e transferir tecnologia de produto e de processo de produção".

Item II, do artigo 12º, da Lei de Informática — "Controle tecnológico — o exercício, de direito e de fato, do poder para desenvolver, gerar, adquirir e transferir e variar de tecnologia de produto e de processo de produção"; (o grifo é nosso).

Esse deslize, de acordo com Fischer, institui apenas um complemento ao problema maior criado por dois artigos, o 2º e 3º do anteprojeto.

No 2º, se afirma que a "lei estabelecerá reserva de mercado interno", levando em conta a "autonomia tecnológica e cultural nacionais". E também que o Estado privilegiará, através de uso, compras e incentivos, os bens e serviços oferecidos pelas empresas nacionais.

Para o advogado, essa é uma opção por um "mercado fechado" e pela negação da realidade internacional de trocas de comércio e de

conhecimentos. "Essa proposta não busca a capacitação e sim a independência tecnológica, o que não existe nem mesmo nos EUA ou Japão." E mais: Fischer resalta que a reserva também está ligada ao desenvolvimento da cultura nacional, e que isso sugere pelo menos a desconstrução de um bloqueio ao intercâmbio cultural e uma possível "caça às bruxas".

Compras e incentivos à indústria nacional ele acha razoável. Mas considera que esse deve ser um privilégio temporário e normalizado por lei ordinária, e não pela Constituição. Na forma em que está, essa obrigatoriedade pode colocar o governo em situações embaraçosas. Por exemplo: pagar muito mais caro por bens e serviços — com o dinheiro do contribuinte — que poderiam ser comprados por preços melhores no Exterior.

O artigo 3º conceitua a empresa nacional como aquela em que o controle do capital esteja "perma-



Georges Fischer: xenofobia.

nenhamente em poder de brasileiros", que seja "constituída e com sede no País, e nele tenha o centro de suas decisões. E quando tenha na tecnologia o fator determinante de produção, ela também necessita estar incondicionalmente sob controle nacional.

Fischer diz que empresas como a IBM, a GM e várias outras, consideradas nacionais pela lei das Sociedades Anônimas, subita-

mente deixarão de ter esse estatuto. E, segundo o advogado, como o mercado interno está reservado às empresas brasileiras, em tese elas não poderão mais operar no País.

Ele lembra ainda que esse artigo também limita definitivamente o acesso à tecnologia externa, via licenciamento, por exemplo. Para possuir controle de um conhecimento produzido fora, o País teria que comprar. "Mas o Brasil está em condições de pagar os altos preços de uma tecnologia? Isso, depois de conseguir convencer alguém a vender?", pergunta Fischer.

O problema — ele complementa — é que o anteprojeto parte do princípio de que o País é grande e auto-suficiente, que não necessita de intercâmbio comercial e cultural com a economia internacional. E, pior, que não admite a liberdade de iniciativa como um direito fundamental da sua sociedade.

Moracy R. de Oliveira

A proposta do parlamentarismo-já

O senador Leite Chaves (PMDB-PR) entregou ontem ao presidente Sarney sua proposta de emenda constitucional estabelecendo o parlamentarismo ainda no atual governo, e que já conta com a assinatura de cerca de 400 parlamentares. Segundo Chaves, o presidente recebeu bem a proposta, mas prefere que o parlamentarismo seja adotado

no Brasil depois de sua administração. Para o senador, sua proposta pode ser a solução para o momento, na medida em que o PMDB vê que não pode encurtar mais o mandato de Sarney, e o presidente entende que não pode governar sem o apoio dos partidos. Pela emenda, Sarney teria seis anos de mandato, com parlamentarismo.

June pag 6.

AGRÁRIA As propostas são retrógradas, diz a CNBB.

"A posição dos constituintes da Subcomissão de Reforma Agrária ao aprovar o relatório não pôde nem ser chamada de conservadora. Ela é retrógrada. Seria conservadora se fosse uma posição capitalista dentro de uma proposta socialista. O que foi aprovado é primitivismo agrário", estas afirmações foram feitas ontem pelo secretário-geral da CNBB, dom Celso Queiroz, após o encerramento da primeira reunião da nova diretoria da Comissão Episcopal Pastoral (CEP) e da presidência da entidade.

Ressaltando que a Constituinte não vai mudar o País se, antes, o País não mudar a cabeça dos constituintes, dom Celso disse que a sociedade deve se mobilizar através das associações e demais segmentos para pressionar o Congresso Constituinte, "sem precisar seqüestrar ninguém, sem gente armada, mas usando caminhos democráticos e cobrar as promessas feitas". Para dom Celso, ao mesmo tempo em que houve uma decepção da Igreja com relação às propostas aprovadas nesta primeira fase da Constituinte, houve também um alerta muito grande. "Se não houver participação do povo, vamos continuar com o mesmo País mudando apenas da gravata e da espada dos militares para a monarquia republicana", acentuou.

A CNBB, que está apoiando três emendas e subscrevendo quatro outras, relacionadas aos temas da reforma agrária, índios, participação popular, promoção e defesa da vida, família, educação e o aspecto econômico de priorizar o trabalho sobre o capital, aprovou na reunião com a CEP a proposta de coletar assinaturas nas Comunidades Eclesiais de Base e encaminhá-las a Brasília, aos representantes eleitos de cada município, no sentido de comprometer os com as promessas feitas e garantir a aprovação de algumas das suas sugestões. O presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, lembrou que estas assinaturas devem ser encaminhadas até o dia 15 de julho próximo.

Para d. Luciano, o anteprojeto da Subcomissão e Educação, Espor, Cultura e Lazer, privilegiou as instituições de ensino estatais excluindo, até o momento, os subsídios públicos para as entidades não estatais e de fins não lucrativos.

O secretário-geral da CNBB fez questão de ressaltar que ninguém, em sua consciência, espera que uma Constituinte, num momento de transição, dê um salto para uma sociedade ideal. "Não é isso que cobramos, mas sim passos significativos em favor de caminhos que representem ganhos e reformas em prol da massa popular", concluiu.

O relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças na Constituinte, deputado José Serra (PMDB-SP), questionado em plenário, ontem, pelo relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, Fernando Gasparian (PMDB-SP), negou-se a confirmar que pretende derrubar o anteprojeto de Gasparian.

Serra não concorda com uma série de pontos do relatório que Gasparian conseguiu aprovar parcialmente na Subcomissão do Sistema Financeiro, mas evita um confronto com seu colega de partido. A outros membros da comissão temática da qual é relator, Serra procura, no entanto, convencer que há posições extremamente equivocadas no anteprojeto de Gasparian.

A proibição de que bancos estrangeiros recolham depósitos no Brasil, por exemplo, é criticada por Serra como sendo uma temeridade, já que provocaria o fechamento das agências brasileiras no Exterior, diante da reciprocidade de tratamento exigida pelos outros países. A vigência de uma norma constitucional neste sentido, segundo Serra, colocaria o País em sério risco de ver fechado o crédito interbancário que financia as exportações nacionais.

A abolição pura e simples das cartas patentes, também segundo o raciocínio de Serra exposto a outros constituintes, poderia trazer graves consequências ao sistema bancário, além de elevados riscos para os depositantes e mesmo para as novas instituições financeiras que se formariam sem estrutura e gerenciamento suficientes.

A proposta de Gasparian, ainda segundo raciocínio de Serra,



José Serra



Fernando Gasparian

SERRA X GASPARIAN

Os dois parlamentares têm posições opostas em vários assuntos, e já se prevê um duelo acirrado entre ambos quando o debate chegar ao plenário da Constituinte.

com quem concordam vários constituintes, ainda promove uma reserva de mercado de trabalho pa-

ra os funcionários do Banco do Brasil ao proibir que a presidência do Banco Central venha a ser

ocupada por qualquer pessoa que tenha sido empregada por instituições financeiras por um período de quatro anos anteriores à indicação do seu nome pelo presidente da República ao Congresso Nacional. A possibilidade de que o Congresso demita o presidente do Banco Central, segundo o mesmo raciocínio, poderia levar sua direção a um comprometimento político e à instabilidade.

Os novos papéis que o Banco do Brasil passará a ter, se aprovada a proposta de Gasparian, ainda fariam com que este banco tivesse superpoderes, reativando, na prática, a "conta de movimento", além de poder imiscuir-se demasiadamente na administração interna das demais instituições financeiras privadas, o que poderia desequilibrar o mercado em favor da instituição estatal que passaria a ser o grande ou mesmo único agente financeiro do governo, controlando toda a política nacional de subsídios e incentivos. A posição de Serra e do grupo que o apóia é a de que as atividades de fomento do Banco Central devam ser preservadas.

Retirar do Banco Central a capacidade de comprar títulos públicos no mercado secundário, ainda segundo o pensamento de Serra, é uma proposta absurda de Gasparian. Mesma classificação merece a extinção do Conselho Monetário Nacional, que seria substituído por comissão especial do Congresso, com poderes de sustar qualquer medida governamental, ad referendum do Congresso. O Congresso passaria a ter, então, não só funções legislativa e fiscalizadora, mas também passaria a operar o sistema financeiro, política monetária e cambial.

SOCIAL Estabilidade imediata, provocando discussão.

A estabilidade desde a admissão no emprego e a limitação das vantagens recebidas pelo servidor público em 50 por cento de sua remuneração são os dois pontos que estão suscitando maior polêmica na Comissão de Ordem Social, que concluiu, ontem, as discussões em torno do anteprojeto da subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. A maior parte dos constituintes que participaram das discussões mostra-se favorável à estabilidade, mas questiona a proposição de que ela comece a vigorar logo após a admissão no emprego.

O deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), mesmo não integrando a comissão, fez um discurso inflamado durante a reunião de anteontem à noite, não apenas contra a estabilidade, mas quanto à fixação da jornada de trabalho em 40 horas semanais. Ele afirmou que estas medidas deverão gerar desemprego e a insolvência das empresas. Em defesa das 40 horas semanais, o deputado Edmilson Valentin (PCB-RJ) sustentou que a redução da jornada de trabalho já é uma realidade nos maiores países do mundo.

A limitação das vantagens hoje concedidas aos servidores públicos a 50 por cento de sua remuneração foi criticada por vários parlamentares. O deputado Adilson Motta (PDS-RS) afirmou que, se aprovado, este dispositivo vai "liquidar" com a função pública no País. "Acho que dentro do espírito de evitar o abuso dos marajás — afirmou — é preciso verificar também a repercussão da medida junto à grande maioria dos servidores públicos, que hoje conseguem vantagens que passam de 50 por cento de sua remuneração." Apoiando Adilson Motta, o deputado Alceni Guerra (PFL-PR) afirmou que as vantagens garantidas hoje ao servidor público são "absolutamente necessárias à sua sobrevivência", acrescentando não ter qualquer sentido "acabar com as vantagens dos marajás e punir os demais funcionários". O deputado João Cunha (PMDB-SP), por sua vez, afirmou que o caso dos marajás "é uma questão de polícia, de indecência pública, fruto da ditadura vivida pelo País".

O relator da comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), ao fazer uma avaliação das tendências nas discussões, afirmou que a questão da estabilidade no emprego é aceita pela grande maioria dos integrantes da comissão, e já começou a receber emendas nesse sentido fixando prazos diferentes para a estabilidade — até ontem, a comissão havia recebido onze emendas, sendo nove sobre o Direito dos Trabalhadores, a maioria abordando a estabilidade no emprego; uma ao anteprojeto da subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, e outra sobre o direito dos negros.

O relator ressaltou não acreditar que os avanços obtidos pelas subcomissões que integram a Comissão de Ordem Social venham a sofrer um retrocesso nas demais etapas do processo da Constituinte.

"Talvez consigamos até alargar um pouco o que já está posto a nível da comissão, pois aqui se concentram os constituintes mais identificados com a causa social", disse. Para ele, o importante no momento é que "as lideranças políticas tenham sabedoria para atravessar o momento crítico que a Nação enfrenta, evitando que questões conjunturais influenciem o caminho normal da Constituinte".

Poder militar preenche um vazio

A disposição da Comissão da Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições de não alterar o papel constitucional das Forças Armadas na vida doméstica do país pode ser atribuída a dois fatores: o compromisso do presidente Sarney com os militares em troca de apoio ao seu governo, sob forma de tutela política; e uma combinação de interesses do aparelho militar e forças conservadoras que integram a Assembléia Nacional Constituinte. Essa tendência à manutenção do poder interventor dos militares é reforçada pela ausência, nos partidos políticos, de uma doutrina relativa à defesa do Estado e segurança nacional.

O autor do raciocínio é o professor Eliezer Rizzo de Oliveira, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp e considerado um dos maiores teóricos brasileiros da relação entre militarismo e política.

Para o cientista político, o despreparo dos partidos para debater

a função constitucional das Forças Armadas "é tão grande, que setores expressivos da Constituinte concordam que a manutenção da tradição republicana de atribuir aos militares a defesa da ordem interna não deve ser alterada". Eliezer Rizzo de Oliveira lembra, ainda, que essa característica do quadro partidário do País faz com que "mesmo os constituintes classificados como progressistas naveguem em águas turbulentas, quando, ao proporem a implantação do regime parlamentarista, isentam os ministros militares da moção de censura parlamentar". Com isso, observa o professor, os representantes das Forças Armadas no governo "seriam intocáveis". Nessa condição, de acordo com Rizzo, também se enquadrariam os titulares do Emfa, SNI e Gabinete Militar, a partir da perda do status de ministros, com a transformação desses organismos em assessorias. Concretizada tal proposta, o País passaria a ter, na opinião do teórico, "ministérios de primeira e de segunda classe".

Eliezer Rizzo de Oliveira acredita que a saída para uma "convivência harmônica entre os militares e a sociedade democrática" pode ser encontrada por meio da adoção de uma série de medidas que subordinem as Forças Armadas ao poder constitucional. Um passo importante, considera o cientista político, consistiria em submeter à aprovação do Congresso a doutrina militar geral do EMFA, juntamente com os programas de desenvolvimento tecnológico das empresas privadas.

O professor da Unicamp é favorável, também, à revisão da doutrina de segurança nacional que, segundo ele, "dá uma visão empobrecedora do conflito Leste/Oeste, apresentando um enfoque antimilitarista tacanho". Nessa mesma esteira, Rizzo prega a extinção da Lei de Segurança Nacional, "que expressa a doutrina que a gerou".

O SNI, diz o cientista político, não ficaria imune às mudanças, devendo ser "desmilitarizado, com a

transferência da coleta de informações para o Ministério da Justiça".

A criação do Ministério da Defesa, conforme tese apresentada recentemente aos constituintes por um componente do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, também faria parte desse elenco de medidas. Rizzo não aceita a tese dos militares de que "razões técnicas" dificultariam a transformação dos três ministérios atuais em apenas um.

"O que eles temem", diz o professor, "é a redução de espaço e, consequentemente, da autonomia que conquistaram".

Na opinião do professor, outra medida favorável ao fortalecimento institucional do País seria a definição do elenco dos direitos políticos dos militares, envolvendo "aspectos como as condições para elegerem e serem eleitos, participação em partidos e os tipos de delitos subordinados à Justiça, militar ou civil".

O que pode mudar na censura

Censura classificatória (por idade) fora da Polícia Federal e a liberação do aborto. Esses são os temas mais polêmicos discutidos até agora pela Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Mas a efervescência tem sido gerada pelas discussões em torno do primeiro tema — que, de um lado, tem como defensor da censura classificatória o deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ), e, de outro, a favor de uma censura mais enérgica, o grupo mais conservador integrado por deputados evangélicos, parlamentares do PTB e pelos deputados José Machado (PFL-MG) e Samir Acha (PMDB-SP).

Por outro lado, o relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, José Serra (PMDB-

SP), disse ontem que vai fazer seu relatório final de acordo com a média do pensamento dos integrantes da comissão. Para isso, o deputado quer tomar como base as emendas que foram apresentadas nesta etapa do trabalho, além dos anteprojeto aprovado pelas três subcomissões.

Já o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), relator da comissão temática da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, afirmou ontem que deve prevalecer na futura Constituição um mecanismo de controle, por parte do Congresso, sobre o critério de concessões de canais de rádio e de televisão.

Para ele, existem duas soluções que serão decididas pela comissão: de um lado, a criação de um Conselho

Nacional de Comunicação, que dividiria as atribuições com o governo, ou que as concessões, uma vez propostas pelo governo, fossem deliberadas e aprovadas pelo Congresso.

E o líder do PDS na Constituinte, deputado Amaral Netto (SP) deverá afastar a deputada Miriam Portella (PI) da Comissão de Ordem Econômica. A parlamentar pedesista, que integrou a subcomissão de Transporte e Questão Urbana, não tem seguido a orientação da liderança, e muitos a chamam de "xilita" do PDS. Para Delfim, Miriam está agindo de forma "muito populista e avançada", desrespeitando o programa do partido.

Por sua vez, o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou ontem

emenda ao inciso 2º artigo 10º do relatório final da subcomissão do Poder Executivo retirando o privilégio concedido aos ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Gabinete Civil e Relações Exteriores de não poderem sofrer moção de censura do Congresso, na qualidade de indicações privadas do presidente da República. O texto original de Fogaça, emendado pelo plenário, não privilegiava nenhum ministro.

E, informalmente, todos os constituintes poderão apresentar emendas ao parecer do relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistemas do Governo, prazo em que, simultaneamente, ele estará elaborando seu relatório final, nos dias 9 e 10 de junho.

Garantias para quem? O capítulo das Garantias da Constituição começa a ser questionado. Para os deputados Paulo Ramos (PMDB) e Paulo Delgado (PT), não há mérito em se estabelecer garantias para uma Constituição que não prometa concessões substanciais para o povo. É o relator da Subcomissão das Garantias, Nelson Friedrich, acha que o prazo de dois anos (proposto por ele em seu parecer) para que a Carta venha a sofrer emendas é muito longo.